

Articulação entre Universidade e Conselho Gestor no Combate à Violência de Gênero: O Caso da Política Pública Para e Pelas Mulheres

Bridging Universities and Management Councils in Combating Gender Violence: The Case of Public Policy For and By Women

Articulación entre Universidad y Consejo de Administración en la lucha contra la violencia de género: el caso de las políticas públicas por y para las mujeres

Vinicius Guimarães de Souza

Universidade Federal de Alfenas, Brasil

ROR <https://ror.org/034vpja60>

viniciusguimaraessouza@gmail.com

Caio Correia dos Santos Quina

Universidade Federal de Lavras, Brasil

ROR <https://ror.org/0122bmm03>

caioquina@gmail.com

Recepción: 07 Marzo 2024
Aprobación: 22 Diciembre 2025
Publicación: 23 Marzo 2026



Acceso abierto diamante

Resumo

Objetivo da pesquisa: Identificar a relação entre universidade e instituições sociais que possuem como foco o combate à violência de gênero. Para tanto, a fim de atender essa finalidade, escolheu-se a relação entre a Universidade Federal de Alfenas e o Conselho Municipal de Direito de Mulheres de Varginha-MG, a partir da “Política Pública Para e Pelas Mulheres” elaborada em 2022.

Enquadramento teórico: O trabalho ampara-se na literatura sobre violência contra as mulheres, que a problematiza como fenômeno social a ser estudado. Utiliza teorias que compreendem as ações universitárias como formas de intervir nas demandas sociais e abordagens que apontam como os Conselhos Gestores podem lidar com problemas públicos.

Metodologia: Realizou-se a coleta de dados através dos documentos disponibilizados pelo Conselho, considerando o horizonte temporal desde o início da elaboração da política, em 2022. Para análise dos dados, realizou-se a Análise de Conteúdo, com base em três categorias.

Resultados: Identificou-se que a articulação da universidade com o Conselho, por meio da atuação de suas representantes, pode contribuir para a produção de redes mais abertas de discussão para o planejamento e gestão de políticas públicas. Tal articulação parece ter contribuído para ampliar a atuação do Conselho nos problemas sociais que visa enfrentar, ainda que não seja possível avaliar seus impactos efetivos neste estágio.

Originalidade: A partir da experiência de construção de uma política pública, evidencia-se como a universidade, enquanto instituição social, pode voltar-se a problemas públicos, demonstrando como o conhecimento científico pode ser aplicado aos novos processos de gestão e, neste caso, à formulação de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher.

Contribuições teóricas e práticas: Contribui com o estoque do conhecimento sobre “Instituições Sociais e Participação Social”, por resgatar a discussão do papel das universidades na sociedade, e como suas ações podem contribuir para as demandas sociais. Desse modo, o caso estudado pode servir como modelo para a elaboração de outras políticas públicas.

Palavras-chave: Universidade, Conselho Gestores, Violência de Gênero.

Abstract

Research objective: This study examines the relationship between universities and social institutions engaged in combating gender violence. Specifically, it analyzes the collaboration between the Federal University of Alfenas and the Municipal Women's Rights Council of Varginha-MG, within the framework of the "Public Policy For and By Women" developed in 2022.

Theoretical framework: Based on literature that conceptualizes violence against women as a social phenomenon, the study uses theories that view universities as agents of social intervention and on approaches that highlight the role of Management Councils in addressing public issues. **Methodology:** Data was collected from documents provided by the Council, covering the period beginning with the policy's development in 2022. Data was examined through content analysis organized into three categories.

Results: Findings reveal that the articulation between the university and the Council, mediated by their representatives, contributes to broader networks of dialogue for planning and managing public policies. This collaboration has strengthened the Council's capacity to address the social problems it aims to confront, although it is not possible to assess its effective impacts at this stage.

Originality: Based on the experience of designing public policy, it becomes evident how universities, as social institutions, can engage directly with public challenges. It illustrates how scientific knowledge can be applied to new management practices and to design policies aimed at combating violence against women.

Theoretical and practical contributions: The research enriches the field of "Social Institutions and Social Participation", by revisiting the role of universities in society and their potential to respond to social demands. The case studied offers a replicable model for the development of other public policies.

Keywords: University, Management Councils, Gender Violence.

Resumen

Objetivo de la investigación: Identificar la relación entre universidades e instituciones sociales centradas en el combate a la violencia de género. Para cumplir este objetivo, se eligió la relación entre la Universidad Federal de Alfenas y el Consejo Municipal de los Derechos de las Mujeres de Varginha-MG, a partir de la "Política Pública Por y Para las Mujeres" elaborada en 2022.

Marco teórico: El trabajo se basa en la literatura sobre violencia contra las mujeres, que la problematiza como fenómeno social a ser estudiado. Utiliza teorías que entienden las acciones universitarias como formas de intervenir en las demandas sociales y enfoques que muestran cómo los consejos de gestión pueden hacer frente a los problemas públicos.

Metodología: La recolección de datos se realizó a partir de los documentos puestos a disposición por el Consejo, considerando el marco temporal desde el inicio del desarrollo de la política en 2022. Para el análisis de los datos se utilizó el análisis de contenido, basado en tres categorías.

Resultados: Se identificó que la articulación entre la universidad y el Consejo, a través del trabajo de sus representantes, puede contribuir a la producción de redes de discusión más abiertas para la planificación y gestión de políticas públicas. Esta articulación fortaleció la acción del Consejo sobre los problemas sociales que pretende enfrentar.

Originalidad: A partir de la experiencia de construcción de una política pública, muestra cómo la universidad, como institución social, puede enfocarse en problemas públicos, demostrando cómo el conocimiento científico puede ser aplicado a nuevos procesos de gestión y, en este caso, a la formulación de políticas públicas dirigidas a combatir la violencia contra las mujeres.

Contribuciones teóricas y prácticas: Contribuye al acervo de conocimientos sobre "Instituciones Sociales y Participación Social", al reavivar la discusión sobre el papel de las universidades en la sociedad, y cómo sus acciones pueden contribuir a las demandas sociales. De esta forma, el caso estudiado puede servir de modelo para el desarrollo de otras políticas públicas.

Palabras clave: Universidad, Consejos de Administración, Violencia de género.

1 INTRODUÇÃO

Os dados brasileiros sobre violência contra a mulher expressam números preocupantes. Segundo dados do Dossiê Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025), cerca de 21,4 milhões de mulheres foram vítimas de algum tipo de violência entre março de 2024 e março de 2025. Além disso, de janeiro de 2023 a setembro de 2025, cerca de 428.090 mulheres foram vítimas de violência no estado de Minas Gerais, segundo a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP, 2025). Evidencia-se, assim, como a violência contra as mulheres é um problema social.

Conforme expresso pelos estudos de Bandeira (2019), a investigação sobre a violência contra as mulheres é um campo a ser debatido, uma vez que o que se perpetra na violência contra mulher não está apenas nas singularidades das relações homem e mulher, mas, além disso (Saffioti, 2015). Está na forma da construção dos papéis de gênero na sociabilidade e como esses são representados nas estruturas da sociedade. Logo, denominar violência de gênero, tratando como também violência contra a mulher, está no reconhecimento desse fenômeno e no embate contra esta forma de violência (Bandeira, 2019).

Dado isso, conforme estudo de Zottis et al. (2008), a sociedade não tem conseguido identificar, na prática, ações e políticas públicas eficientes para lidar com o fenômeno da violência. O que permite corroborar com os estudos de Bandeira (2019) e Saffioti (2013; 2015), a violência de gênero torna-se uma categoria para as práticas sociais e intelectuais colocarem em xeque os pressupostos do fenômeno da violência constante na sociedade, uma vez que, visto dessa forma, a ciência torna-se um o conhecimento social que reflete o momento histórico, político e social (Saffioti, 2015).

Nesse sentido, compreende-se os espaços universitários como polo do desenvolvimento da ciência. Além de também serem instituições embasadas no tripé universitário, mas principalmente, na extensão universitária, que visa a troca dialógica de conhecimento, desenvolvimento e ação da universidade com a sociedade (Zottis et al., 2008). Sendo assim, Santos (2004) aponta que quanto mais a ciência se insere na sociedade, a sociedade também passa a se inserir na ciência, no sentido que, a partir da universidade e sua interatividade com a sociedade, é construído um conhecimento pluriuniversitário.

Considerando o então cenário e o potencial de articulação do conhecimento universitário e a sociedade no combate à violência de gênero, o presente trabalho procura identificar a relação entre a universidade e instituições sociais que possuem como foco o combate à violência de gênero. Para tanto, a fim de atender essa finalidade, escolheu-se o caso da relação entre a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e o Conselho Municipal de Direito de Mulheres de Varginha–MG (CMDM), a partir da “Política Pública Para e Pelas Mulheres” elaborada pelo CMDM em 2022.

Compreende-se o trabalho no campo da gestão pública, mais especificamente, no campo da Administração Pública, em publicizar a relação entre instituições públicas e arranjos institucionais indispensáveis na democratização. Uma vez que a relação entre uma universidade com um conselho e vice-versa, torna-se um meio precursor da viabilização de políticas públicas sérias e de alto potencial, benéfica da sistemática atuação de pólos científicos que tratam sobre assuntos que permeiam a sociedade (Waldo, 1964; Zottis et al., 2008). Logo, o presente artigo caminha em fortalecer esse papel, principalmente, frente a problemática da violência de gênero tratada, conforme estudos de Saffioti (2013; 2015), Bandeira (2019), Federici (2017) e Grunevald (2009), como um problema do âmbito privado e não público.

Quanto à organização deste trabalho, além da introdução, ele se divide em mais quatro seções, sendo elas o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, análise e discussões e, por fim, as considerações finais.

2 DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência contra as mulheres reflete um dos problemas mais iminentes que persiste no mundo e no Brasil. Para as autoras Schraiber e Oliveira (1999) a violência contra as mulheres são violências que estão no caráter de uma “vontade”, “impulso” do agressor, isto é, um impulso individual. Contudo, Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) exprime que a ocorrência da violência contra as mulheres relaciona-se com conceitos distintos como: “poder e coação; vontade consciente e impulso; determinismo e liberdade” (Fonseca et al., 2012, p. 308).

Bandeira (2019), em seu estudo, argumenta que é por meio da perspectiva de gênero que se pode compreender a violência contra as mulheres, através da construção social dado ao gênero. Assim, a violência:

não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Ao contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, em que as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Porém, em outras situações, quem subjuga e quem é subjogado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar (Bandeira, 2019, p. 294).

Desta forma, se primazia a violência como geradora das desigualdades entre homens e mulheres presentes na sociabilidade. Sendo esse o ponto em que Federici (2017) e Saffioti (2013) argumentam que as violências contra as mulheres representam um fenômeno estrutural, visto que deriva da desigualdade social, desigualdade não só em fatores econômicos, mas também em relação à valoração dos papéis que cada gênero desempenha na sociedade de classes, por meio da relação entre homens e mulheres, e se utiliza dessa condição para mantê-las em situação de inferioridade.

Saffioti (2013) argumenta que o gênero constitui uma categoria histórica e social em que designa um conjunto de regras que regem as condutas femininas e masculinas e as relações sociais. Além de tornar a família o centro da regulação e condicionamento das práticas dos sujeitos sobre as características do gênero socialmente posto (Saffioti, 2013). Assim, Federici (2019) argumenta que a violência contra a mulher se encontra ligada à recombinação das tarefas produtivas e reprodutivas postas nas relações entre homem e mulher, estabelecidos nos papéis sexuais pela sociedade capitalista, principalmente do arranjo familiar (Federici, 2017).

Isto posto, Lourdes Bandeira (2019) expressa que o uso da expressão violência de gênero tornou-se uma categoria que, além de potencializar a complexidade das relações sociais, ao nível mais abstrato, consolidou-se como categoria analítica. Pois, segundo a autora, a expressão permite que campos teóricos e políticos específicos possam realizar análises e aplicações.

Assim, segundo a autora, a emergência da expressão violência de gênero, independentemente de sua matriz teórica, está associada a luta da violência contra as mulheres. Mas também para outras reivindicações de valores feministas pertinentes às mudanças na ordem legal, social e jurídica (Bandeira, 2019), o que permite interferir na estrutura social patriarcal familiar vigente e avançar na implantação de políticas públicas de combate à violência de gênero (Saffioti, 2013; Bandeira, 2019).

De acordo com Bandeira (2019), as lutas feministas pela repercussão social de casos de violências contra as mulheres, principalmente a violência doméstica, com o intuito de tornar a violência um problema não de âmbito privado, mas público, alcançaram os meios de comunicação. Ao se difundirem junto à comunidade, contribuíram para que esta forma de violência fosse reconhecida, gerando um ambiente social mais propício para a criação de mecanismos institucionais voltados à repressão das violências contra as mulheres, ou melhor, violência de gênero (Fonseca et al., 2012; Saffioti, 2013). Um exemplo das ações visando o combate às violências contra as mulheres é a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres nos últimos anos, que, segundo Arroyo e Signor (2024), tem impactado na redução da taxa de feminicídios registrados no país após um período de cinco a seis anos de funcionamento.

Portanto, entende-se que a violência de gênero, assim como outros problemas sociais, evoca mecanismos sociais que buscam viabilizar o enfrentamento desse fenômeno que está presente na sociedade e que, até hoje,

apresenta números alarmantes, sendo necessária a atuação dos entes públicos em conjunto com a sociedade e seus diferentes setores. Um desses mecanismos é o que se entende por Conselhos Gestores, oriundo do processo de redemocratização da república.

3 CONSELHOS GESTORES E APROXIMAÇÕES COM A UNIVERSIDADE

A modernização dos processos administrativos e operacionais da administração pública, a descentralização do poder estatal e a democratização da participação no aparato do Estado foram alguns dos aspectos contemplados pela Constituição Federal de 1988. Para atender a esses preceitos, reivindicados pelos movimentos sociais, trabalhadores, igreja e demais setores da sociedade durante a redemocratização (durante a década de 1980), deu-se início a uma cultura democrática que preza pelo exercício da cidadania, da transparência da gestão pública e da inclusão social (Martins et al., 2008; Gohn, 1997).

No sentido de reformular a gestão das políticas públicas e adensar o processo democrático visando suprir as demandas da população, novos conceitos e processos de gestão foram construídos para garantir a participação popular e da noção de democracia participativa (Pateman, 1992), sendo um destes espaços os Conselhos Gestores de Políticas Públicas (Martins, et al., 2008). Segundo os autores “os Conselhos Gestores possibilitam a participação da sociedade civil nas discussões sobre o planejamento e na gestão das diversas políticas estatais responsáveis pela promoção de direitos fundamentais centrados em diferentes áreas: saúde, assistência social, educação, trabalho, moradia, entre outros” (p. 152). Já para Grunevald (2009) os conselhos tornam-se espaços deliberativos em que associam a participação social cidadã, por meio de representantes da sociedade civil, da comunidade e do Estado às instituições formais da democracia representativa. O que, segundo a autora, discutem e propõem políticas públicas locais, sendo um mecanismo de articulação entre o Estado e a sociedade.

Desta forma, os Conselhos Gestores, conforme os autores, fortalecem a descentralização das políticas sociais, uma vez que possibilitam desde sua produção até o acompanhamento e controle dessas políticas pelos próprios cidadãos. Assim, são reservadas as prerrogativas de intervenção na promoção, defesa, e divulgação dos direitos e interesses coletivos referentes à área em que determinado conselho atue, conforme a legislação em vigência que o constitui.

A forma de participação da população nos Conselhos varia. Pode se dar por meio de instituições ou organizações, composta por membros governamentais e não-governamentais (Santos, 2000). Para além, os conselhos podem ser instituídos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), podendo estes serem deliberativos, quando são discutidas e decididas as políticas executadas pelo poder público, ou consultivos, quando os conselhos se encarregam de elaborar relatórios e sugestões sobre as políticas, sem poder decisório (Martins et al., 2008).

Dessa maneira, pode-se considerar os conselhos como espaços fundamentais para a sociedade expressar seus reais interesses, a fim de ampliar o debate sobre os problemas públicos. No entanto, observam-se alguns desafios quanto aos Conselhos, apontados por Dombrowski (2007), tais como as diferenças de sentido que os agentes atribuem na participação. Além disso, de acordo com Souza (2005), o federalismo e o constitucionalismo do pós-1988 apresentam algumas problemáticas, como a desigualdade entre regiões que compõem a federação. Logo, entende-se que os Conselhos Gestores tendem a ser conduzidos conforme tais desigualdades regionais e que, por isso, produzem efeitos distintos ao redor do país.

Dentre os diferentes temas que permeiam os Conselhos Gestores nos diferentes níveis governamentais, tem-se os Conselhos sobre os direitos das Mulheres, que surgiram no período da redemocratização do país na década de 1980. A nível municipal, os Conselhos dos Direitos das Mulheres são considerados como um conselho temático, não sendo obrigatória sua instituição por parte do poder público; e também não dispõem de verba fixa, sendo necessário a disputa com outros conselhos desse mesmo nível (Grunevald, 2009).

No que tange à ampliação do debate público sobre os problemas públicos e considerando as formas de participação da população nos Conselhos, entre as instituições que representam a sociedade civil estão as

universidades e demais instituições de ensino superior. Estas são responsáveis, muitas vezes, pela representação do chamado “conhecimento científico”, considerado importante para os Conselhos Gestores para lidar com tais problemas.

A universidade, enquanto instituição social, expõe a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade de maneira geral, tendo o reconhecimento público de sua legitimidade e de suas responsabilidades. Essa instituição, reconhecida como republicana e, desse modo, pública e laica, dispõe de autonomia perante as demais instituições sociais. Assim, a universidade torna-se inseparável da ideia de democracia e da democratização do saber, orientada principalmente por esses princípios (Chauí, 2003).

De acordo com Santos (2004), a universidade tem-se deparado com um novo modelo de conhecimento, chamado pelo autor de conhecimento pluriuniversitário, que:

[...] é um conhecimento na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre extra-muros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores. É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto entre os outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica. Todas as distinções em que assenta o conhecimento universitário são postas em causa pelo conhecimento pluriuniversitário e, no fundo, é a própria relação entre ciência e sociedade que está em causa (Santos, 2004, p. 17).

Desse modo, pode-se perceber que, a universidade contemporânea vem se deparando com demandas que a levam a repensar e redefinir o seu papel, buscando um modelo que dê conta das suas missões e também das expectativas da sociedade, como apontado por Gimenez e Bonacelli (2013). Nesse sentido, ainda segundo as autoras, “além da formação de massa crítica, a universidade do século XXI tem sido instada a se envolver em atividades empreendedoras e a fomentar benefícios sociais” (Gimenez & Bonacelli, 2013, n. p.).

Para Zottis et al. (2008), a universidade possui papel fundamental como formadora de profissionais capacitados para atuar em prol de um desenvolvimento sustentável, aptos, por exemplo, a elaborar modelos e experiências práticas e concretas que possam ser utilizados como molde para políticas públicas. Dessarte, vale destacar o tripé que sustenta a universidade e suas ações, isto é, o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, orienta a qualidade da produção científica, uma vez que valida a necessidade dessas três dimensões do fazer universitário que seja competente, ético e autônomo (Chesani et al., 2017). Desse modo, em seu papel social, a universidade deve reunir pesquisa e ensino sistematicamente, devolvendo-os em forma de benefícios para a sociedade, podendo ser realizado por meio de ações de extensão, por onde a universidade presta serviço à comunidade, vinculado a projetos de pesquisa em que o conhecimento é gerido (Zottis et al., 2008).

Entende-se, portanto, a partir dos princípios norteadores da universidade e seu papel social, que a articulação entre os Conselhos Gestores e a universidade é uma ação com potencial de construir novas formas de intervenção nos problemas públicos, e são do interesse de ambos os agentes. Essas novas formas de intervenção podem se dar, sobretudo por meio da pesquisa que é em grande parte realizada pela universidade e o conhecimento que é construído constantemente em torno dos dilemas sociais, dando à universidade a capacidade de criar e utilizar ferramentas em prol da sociedade. Além disso, instiga novas formas de participação dentro dos conselhos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que tange a classificação deste trabalho quanto sua natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca compreender a relação entre diferentes agentes que formam um fenômeno social específico. Desse modo, pode-se utilizar de diferentes caminhos para tal compreensão (Godoy, 1995). Para Zamberlan et

al. (2014, p. 94), na abordagem qualitativa “o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave”.

Por focar na exposição de características do fenômeno analisado, a fim de relacionar as variáveis existentes e, por se tratar de um fenômeno cujas informações ainda são pouco disseminadas, o presente trabalho é considerado como descritivo e exploratório (Zamberlan et al., 2014).

Como objeto de estudos, tem-se a Política Pública Para e Pelas Mulheres, elaborada no ano de 2022 pelo Conselho Municipal de Direito de Mulheres de Varginha-MG (CMDM). Tal documento é a materialização de uma política pública voltada para as mulheres do município de Varginha (MG), construída de maneira coletiva por diversas componentes do Conselho e representantes da sociedade civil. Destaca-se que a política foi construída no sentido de consolidar os direitos que fazem parte da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 (Brasil, 2006), buscando a proteção das mulheres e prevenir os diferentes tipos de violência dispostos pela legislação que abrange a mulher e seus dependentes.

A política em questão foi escolhida para ser estudada por ser um documento construído por meio da articulação entre o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), por meio de suas servidoras que integram o conselho como representantes da comunidade científica, e demais servidoras que se dispuseram a participar da construção da política. Além disso, a política, por ser um documento elaborado e colocado em prática recentemente, se torna um objeto interessante de análise.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) do Município de Varginha, Minas Gerais, foi instituído pela Lei nº 4007 em 22 de dezembro de 2003 (Varginha, 2003). Constituinto-o um órgão consultivo, normativo e autônomo com o intuito de fiscalizar, propor e implementar políticas públicas sob a perspectiva de gênero em todas as esferas da Administração do município, na finalidade de promoção da igualdade de oportunidades e de direitos (Varginha, 2003). Segundo o IBGE (2024), a população estimada de Varginha chega a 142.802 pessoas conforme o último censo realizado. Isso faz do município ser o terceiro maior município em termos populacionais do Sul de Minas Gerais.

O conselho é formado por membros da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social (SEHAD), da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS). Além destes, possui representantes da sociedade, dos Movimentos sociais, religiosos e sindicatos, de Organizações Não Governamentais (ONGs) (também chamadas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), associações e demais entidades do terceiro setor; da Ordem de Advogados do Brasil (OAB) e da Comunidade Científica.

Dentre as instituições envolvidas na elaboração da política, representadas pelas mulheres que participaram da construção da política, tem-se: a Polícia Civil, a Guarda Civil Municipal, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o CREAS, o TJMG, coletivos e associações sociais, além da UNIFAL-MG, como já mencionado.

Para cumprir com o objetivo desta pesquisa, realizou-se a coleta de dados secundários, oriundos de uma pesquisa documental. Destaca-se que a pesquisa documental contribui com a discussão do tema, pois os documentos possibilitam compreender melhor o problema/fenômeno investigado, bem como suas mudanças em um determinado período (Godoy, 1995). Segundo Gil (2023), documentos institucionais, mantidos em arquivos de órgãos públicos que sejam capazes de provar algum fato ou acontecimento, podem ser considerados fontes de dados.

Para o levantamento de dados considerados secundários, obtiveram-se documentos disponibilizados pelo CMDM, considerando o horizonte temporal o período de elaboração da política, no ano de 2022. Tal recorte temporal é oportuno, pois abrange o período em que as discussões da política se iniciaram, sendo possível verificar a atuação da UNIFAL-MG, por meio de suas representantes, na elaboração da política pública. Para isso, foram utilizadas as atas mensais do CMDM, solicitadas e disponibilizadas via e-mail, além da própria política pública. Ao todo foram disponibilizadas as atas de número 47 a 61, referentes ao período de 20 de

janeiro de 2022 a 25 de abril de 2023, totalizando 15 atas. Após a leitura das atas, foram selecionadas 4 atas, de número 49, 53, 54 e 55, conforme o conteúdo presente que trata sobre a elaboração da Política Pública Para e Pelas Mulheres.

Estas atas foram escolhidas pois registram o processo de elaboração da política, tendo em vista que este processo já havia se encerrado quando este artigo foi escrito. Logo, estes documentos permitem que se faça uma análise histórica da elaboração, em que é possível analisar quem participou, como as discussões se deram, entre outros aspectos, diferente das demais atas não selecionadas que não contém informação sobre o processo de elaboração da política. Dessa forma, a partir dos documentos selecionados, foi realizada a Análise de Conteúdo com base em uma grade de categorias abertas, criadas pelos autores conforme a necessidade e oportunidade de análise (Vergara, 2005).

Por fim, o material foi tratado utilizando da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), seguindo as três etapas postas pela autora, que são: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento dos resultados. A partir da leitura exploratória da unidade de contexto, isto é, todo o material coletado (atas), as categorias de análise foram definidas a partir das unidades de registro presentes nas atas. É demonstrado no Quadro 1 a estrutura das categorias estabelecidas, enquanto no Quadro 2 estão as unidades de registro.

Quadro 1. Categorias de análise de conteúdo

| Categoria | Definição operacional | Indicadores/Exemplos | |
|-----------------------------------|---|--|-----------------|
| 5.1 Atuação da Universidade | Intervenções das representantes da UNIFAL no CMDM | Proposição de metodologias; identificação de problemas; apresentação de soluções | Atas 49, 53, 54 |
| 5.2 Contribuições para a Política | Participação na redação e organização da política | Coordenação de oficinas; elaboração da Matriz SWOT; esboço do documento | Atas 54, 55 |
| 5.3 Uso do Espaço da UNIFAL | Registros da utilização da universidade para atividades do conselho | Reuniões presenciais; oficinas; cerimônia de entrega da política | Atas 54, 55 |

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 2. Unidades de Registro

| Ata | Trecho | Categoria referente |
|-----|---|---------------------|
| 49 | “Fernanda nos esclareceu que nosso conselho é deliberativo que podemos propor ações de política pública e que deveríamos então realizar este direito e, durante o ano, propor essas ações de política pública específica para mulheres.” (n.p) | 5.1 |
| 53 | “Que precisa do CMDM para definir uma política Municipal. Gostaria que o Conselho se organizasse para fazer uma política municipal para mulheres e que seja um projeto documentado, em que terão todo o apoio da SEHAD.” (n.p) | 5.1 |
| 53 | “Janaína disse que é necessário que tenha um Centro integrado que abranja saúde, acolhimento, assistência social e que funcione em horário integral. E também a inserção dessas mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho.” (n.p) | 5.1 |
| 53 | “Manoel destacou a importância da política pública para exatamente planejar a ideia do Centro integrado.” (n.p) | 5.1 |
| 54 | “Fernanda iniciou a reunião falando sobre a parceria da universidade UNIFAL para a elaboração do projeto de políticas públicas do Conselho da Mulher. Janaína explanou sobre a Política Pública para a mulher em Vulnerabilidade nos apresentando a metodologia para elaboração do projeto, explicando às conselheiras todos os passos. Fernanda disse que precisamos do aceite assinado pela presidente do conselho para confirmar dentro da Universidade, uma vez que é um estudo com o apoio da universidade.” (n.p) | 5.2 |
| 54 | “As conselheiras decidiram se reunir em duas tardes para apresentar quais os pontos de fraqueza, oportunidade, força e ameaça de cada órgão que as conselheiras atuam. Foi decidido que as reuniões serão na UNIFAL nos dias 04 e 11 de agosto das 14:00 as 16:00 hs.” (n.p) | 5.2 / 5.3 |
| 54 | “Janaína apresentou o esboço do projeto de políticas públicas.” (n.p) | 5.2 |
| 55 | “A cerimônia para entrega será dia 30/08 as 14hs no auditório da Unifal, com participação de todos que colaboraram para a elaboração do projeto.” (n.p) | 5.3 |

Fonte: elaborado pelos autores.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados iniciais supracitados sobre o caráter do conselho e da composição, parte-se para a análise das atas e da política pública, por meio das categorias selecionadas, no intuito de elucidar a relação entre o CMDM e a universidade, na construção do projeto de política pública ao município.

5.1 Análise do contexto e atuação da representação universitária

A ata nº 49 expressa, sob uma reunião on-line em contexto da pandemia da COVID-19, a discussão dada por 8 conselheiras acerca de uma cartilha utilizada por um sindicato, em combate a violência contra a mulher.

A partir desse ponto, foi elencado por uma das conselheiras a importância da CMDM em apoiar a ação, e justificando o apoio devido ao aumento da violência contra a mulher durante o período de pandemia. Além disso, uma das conselheiras, que faz parte da representação do comitê científico, esclarece o caráter do conselho, sendo deliberativo para propor ações de política pública, alegando o intuito de execução de tal normativa, de realizações de ações de políticas públicas para as mulheres.

Torna-se evidente o processo de discussão e partilha de situações que levaram ao ponto de instigação em proposta de políticas públicas, frente a um cenário de aumento da violência contra as mulheres sob a pandemia da COVID-19, uma vez que o isolamento social se tornou uma prática de saúde, levando muitas pessoas a isolarem em seus lares e com os seus familiares. Dado esse contexto, essa prática de isolamento pode ter levado muitas mulheres a estarem em ambientes de violência, uma vez que segundo estudos de Bandeira (2019) e Saffioti (2015) os lares familiares são os principais espaços de violência contra mulher, de violência doméstica executados por seus companheiros.

Ressalta-se também a articulação dada do intuito de elaboração de política pública indagada por uma conselheira que está na persona como representante do comitê científico. Dado isso, exhibe a articulação do conselho com a realidade, propondo ações que visam o bem social.

Adiante, na ata nº 53, sob uma reunião on-line devido ao contexto da pandemia da COVID-19, tiveram a presença de 10 conselheiras e 2 membros da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social (SEHAD). A ata expressa uma discussão levantada por um membro da SEHAD sobre a importância da CMDM e do Conselho em que poderia direcionar políticas públicas da Secretaria, uma vez que a CMDM está vinculada a SEHAD. Logo, esse membro, segundo relatório da ata, “falou sobre o alto índice de violência contra mulher e também sobre o alto índice de desemprego de mulheres e a alta taxa de natalidade na cidade”. Além de também apresentar a preocupação de partes dos vereadores, que apontaram a ideia de se criar um centro de atenção para atendê-las, sendo necessária uma política pública municipal que planejasse a ideia do centro em que o CMDM poderia apresentar um projeto.

Diante do exposto, outras conselheiras apresentaram que a demanda do Centro é necessária devido aos encaminhamentos que, como citado na ata, a Defensoria Pública necessitava. Logo, a conselheira representante do comitê científico apresentou a necessidade de acrescentar junto a proposta do Centro em tempo integral e a integração de serviços de saúde, assistência social e acolhimento aos beneficiários do Centro. Por fim, as conselheiras recolheram, com os membros da SEHAD, informações sobre o melhor momento para a apresentação de um projeto de política pública para a viabilização da ação.

Conforme apontado, a relação do conselho exprime a preocupação e a necessidade de ações públicas no combate às formas de desigualdade e de violência que cercam as mulheres do município, o que reafirma o estudo de Grunevald (2009). Logo, as desigualdades e a violência de gênero presentes na sociedade exprimem o seu caráter estrutural, necessitando de mecanismos públicos por parte do Estado para o seu combate (Grunevald, 2009; Bandeira; 2019; Waldo, 1964).

Desta maneira, a articulação da comunidade científica pode ajudar a crescer no processo de construção de projetos públicos para o bem da sociedade. Uma vez que as universidades, e desta forma os seus agentes – pesquisadores, professores, estudantes - estão repensando o seu papel como agentes de transformação social frente às demandas da sociedade postas a elas (Gimenez & Bonacelli, 2013). Assim, conforme exposto inicialmente, o problema posto ao conselho e a presença de membros da comunidade científica, permite elucidar sobre esse processo e caminhar para a geração de mecanismos eficientes de intervenção a problemas públicos. Desta forma, a seguir será apresentado a análise sobre a construção do projeto de política pública.

5.2 Contribuições na Elaboração da Política

Quanto à construção do projeto da política pública, a ata nº 54, oriunda de uma reunião presencial ocorrida no salão de reunião da SEHAD com a presença de sete conselheiras, aponta o destaque das representantes da

comunidade científica na elaboração da política, sendo uma delas responsável pela metodologia do projeto. Já no documento da política, também é referida a atuação das duas professoras e conselheiras no desenho da metodologia participativa para a construção da política pública. Além disso, a política foi estabelecida dentro do Conselho como uma parceria junto à UNIFAL-MG.

Assim, a fim de organizar a elaboração da política, foram propostos dois encontros, no intuito de realizar o método de Matriz S.W.O.T (também conhecida como F.O.F.A), em que todas as conselheiras pudessem expor os pontos de fraqueza, oportunidade, força e ameaça dos respectivos órgãos que atuam e representam dentro da CMDM. No planejamento da política, essa parte diz respeito ao diagnóstico que visa observar as capacidades e debilidades da política pública (CMDM, 2022). Ambos os encontros ficaram combinados de acontecer (e aconteceram) na UNIFAL-MG, no mês de agosto de 2022, sob coordenação das duas professoras representantes da comunidade científica dentro do CMDM.

Um esboço da política foi apresentado por uma das conselheiras da UNIFAL-MG no mês de agosto de 2022, pouco antes da finalização do processo, como consta na ata nº 55, advinda da reunião entre seis conselheiras presentes, também no salão de reunião da SEHAD.

Nota-se uma aproximação ao que foi colocado por Gimenez e Bonacelli (2013) no que tange ao envolvimento da universidade, a partir da comunidade científica, com as demandas da sociedade, ao contribuir para a elaboração da metodologia participativa da política pública. A partir dessa metodologia, a noção de conhecimento pluriuniversitário (Santos, 2004), dado o diálogo promovido para com as demais membras do Conselho na construção da política, contribui com os preceitos dos Conselhos Gestores, uma vez que possibilita a participação da sociedade civil nas discussões sobre o planejamento e gestão das políticas (Martins et al., 2008), produzindo redes mais abertas de discussão e contribuição.

Percebe-se também que o Conselho tende a se beneficiar com a presença de representantes da comunidade científica no sentido de dar forças para essas instituições sociais, uma vez que tais representantes aplicam seus conhecimentos para além da universidade (extra-muros), no intuito de identificar e/ou analisar os problemas, juntamente com a comunidade, e propor respostas aos desafios identificados (Santos, 2004).

5.3 Utilização do Espaço da UNIFAL-MG

No que tange as atividades realizadas no âmbito da Universidade Federal de Alfenas, além dos encontros sediados na universidade a fim de elaborar a política pública junto à comunidade, como fora colocado anteriormente de acordo com a ata nº 54, a cerimônia de entrega da política ficou acordada para ser realizada no dia 30 de agosto de 2022, como consta na ata nº 55, no auditório da UNIFAL-MG, com a participação de todas e todos os envolvidos. Na política são mencionadas as oficinas que aconteceram na universidade, sendo apresentados registros fotográficos dos encontros.

A inserção da elaboração da política no espaço universitário demonstra a disponibilidade da mesma para se envolver em atividades empreendedoras que fomentem benefícios sociais, como apontado por Gimenez e Bonacelli (2013). Além disso, ao organizar as oficinas sediadas na UNIFAL-MG, de maneira coletiva e trazendo não só as membras do Conselho, mas outras mulheres da sociedade civil para participarem da elaboração da política pública, criam-se experiências práticas que podem vir a ser modelos para a elaboração de outras políticas públicas (Zottis et al., 2008), tanto nessa temática quanto em outras que sejam vistas como pertinentes para a sociedade.

Conforme os registros analisados, tem-se que a universidade, enquanto instituição social, está para os processos participativos de oportunização de respostas a problemas públicos, como a problemática da violência de gênero. Dessarte, a concepção de que a universidade se orienta pelo princípio da democracia e da democratização do saber (Chauí, 2003) pode valer-se da atuação das conselheiras que representam a comunidade científica dentro do CMDM, ao contribuírem para a concretização da política pública que visa enfrentar a violência de gênero na cidade de Varginha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar a relação entre a universidade e instituições sociais que possuem como foco o combate à violência de gênero. Para tanto, a fim de atender essa finalidade, escolheu-se o caso da relação entre a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e o Conselho Municipal de Direito de Mulheres de Varginha-MG (CMDM), a partir da “Política Pública Para e Pelas Mulheres” elaborada pelo CMDM em 2022. Para isso, foi realizado um levantamento documental via e-mail da Instituição.

Foi realizada a Análise de Conteúdo, a partir do documento da política pública e das quatro atas de reuniões disponibilizadas pelo Conselho, com base nas três categorias definidas: Análise do contexto; Contribuições na elaboração da política; e Utilização do espaço da UNIFAL-MG.

Conforme as categorias estabelecidas, foi possível identificar uma articulação da universidade, enquanto instituição social, com o Conselho, por meio da atuação de suas representantes, na elaboração da política pública. A atenção dada às demandas postas pela sociedade indica o potencial de a articulação contribuir para a atuação dos Conselhos nos problemas sociais que visam enfrentar, uma vez que tais representantes aplicam seus conhecimentos no intuito de identificar e/ou analisar os problemas. Além disso, faz-se importante destacar a metodologia utilizada para a elaboração da política pública que, partindo das representantes da comunidade científica, estimulou não só a participação de atores que não necessariamente compõem o Conselho Gestor, como também fez uso de ferramentas úteis como a Matriz S.W.O.T para se ter um diagnóstico da política pública. Desse modo, observa-se que a participação da comunidade científica nos Conselhos pode contribuir para a produção de redes mais abertas de discussão para o planejamento e gestão das políticas, pois gera experiências práticas que poderão ser avaliadas em pesquisas futuras quanto ao seu potencial de servir como referência para a elaboração de outras políticas públicas, além de promover também com a atuação permanente desses arranjos.

Em linhas gerais, este estudo, além de contribuir com o estoque do conhecimento do campo de pesquisas voltados à “Instituições Sociais e Participação Social”, traz uma experiência de atuação articulada entre uma universidade e um Conselho Gestor. Em outras palavras, há o registro dessas práticas, bem como de suas características e especificidades, o que pode servir como registro inicial, a ser acompanhado em estudos posteriores que investiguem a evolução da articulação ao longo do tempo.

A presente pesquisa, embora tenha identificado os benefícios de uma articulação entre a universidade e seu conhecimento científico para com um Conselho Gestor, através do processo de elaboração de uma política pública, se limita no sentido de não ir a campo para identificar, entre outros aspectos, a percepção dos atores envolvidos nos processos de elaboração da política pública, tanto da universidade em questão, como as demais membros do Conselho Gestor. Nesta perspectiva, como tema para futuras pesquisas, questiona-se: Como se pode analisar os impactos da política implementada?; Qual a viabilização da política pela administração pública municipal?; A execução da política se deparou com algum tipo de empecilho?

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arroyo, A. F.; Signor, D. (2024) O impacto da implantação das Deams na violência contra a mulher no Brasil (2004-2018). *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina*. Belo Horizonte, ano 2. n. 2. p. 103-127.
- Bandeira, L. M. (2019). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In H. B. HOLLANDA (Org.), *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (pp. 259- 264). Bazar do Tempo.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Brasil. (2006). Lei nº 11340, de 7 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 14 out. 2023
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista brasileira de educação*, 5-15.
- Chesani, F. H., Wachholz, L. B., Oliveira, M. A. M., Silva, C., Luz, M. E., Fabris, F. A., & Engel, B. (2017). A indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa: o tripé da universidade. *Revista Conexão UEPG*, 13(3), 452-461.
- Conselho Municipal de Direitos da Mulher. (2022). *Política Pública Para e Pelas Mulheres*. <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2022/08/Relatorio.pdf>. Acesso em: 05 jun. de 2023.
- Dombrowski, O. (2007). Os conselhos vistos por fora: um estudo sobre a institucionalização dos Conselhos Municipais. *Tempo da Ciência*, 14(27), 121-134.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax Trad.). Elefante.
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24, 307-314.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. (5a ed.). <https://static.poder360.com.br/2025/03/relatorio-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf>. Acesso em: 09 nov. de 2025.
- Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa* (7a ed.). Atlas. (Trabalho original publicado em 1987)
- Gimenez, A. M. N., & Bonacelli, M. B. M. (2013). Repensando o papel da universidade no século XXI: demandas e desafios. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 9(18).
- Godoy, A. S. (1995). A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*, 35, p. 65-71.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35, p. 20-29.
- Gohn, M. G. M. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola.

- Grunevald, D. H. M. (2009). *O Conselho da Mulher de Santa Cruz do Sul: construindo alternativas para demandas femininas* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul]. Repositório Institucional UNISC. <http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/593>
- IBGE. (2024). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Varginha. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/varginha.html#:~:text=Varginha%20*%20395%2C396%20km%C2%B2%20%5B2024%5D%20*%20136.467,10.224.211.840%2C85%20R\\$%20%5B2023%5D%20*%2058.817%2C87%20R\\$%20%5B2021%5D](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/varginha.html#:~:text=Varginha%20*%20395%2C396%20km%C2%B2%20%5B2024%5D%20*%20136.467,10.224.211.840%2C85%20R$%20%5B2023%5D%20*%2058.817%2C87%20R$%20%5B2021%5D). Acesso em: 15 jul. de 2025.
- Martins, M. F., Martins, S., Oliveria, A. Rodrigues., & Soares, J. B. (2008). Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. *Revista do Serviço Público*, 59(2), 151-185.
- Pateman, C. (1992). Participação e teoria democrática. São Paulo: *Paz e Terra*.
- Saffioti, H. I. B. (2015) *Gênero patriarcado violência* (2a ed.). Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo.
- Santos, B. S. (2004). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade* (3a ed.). Cortez.
- Santos, M. R. M. (2000). *Conselhos municipais: a participação cívica na gestão das políticas públicas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Schraiber, L. B., & Oliveira, A. F. L. P. (1999). Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 3(5), 11-26.
- Souza, C. (2005). Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de sociologia e política*, 105-121.
- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. (2025). *Dados abertos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Vítimas de Feminicídio*. Polícia Civil de Minas Gerais. <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3118-v>
- Varginha. (2003). Lei nº 4007, de 22 de Dezembro de 2003. Cria o conselho municipal dos direitos da mulher e dá outras providências. <https://leismunicipais.com.br/a/mg/v/varginha/lei-ordinaria/2003/400/4007/lei-ordinaria-n-4007-2003-cria-o-conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 05 jun. de 2023.
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de pesquisa em administração*. Atlas.
- Waldo, D. (1964) O que é administração pública? In: D. Waldo. *O estudo da Administração Pública*. Centro de Publicações Técnicas da Aliança Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil.
- Zamberlan, L., Rasia, P. C., Souza, J. D. S., Grison, A. J., Gagliardi, A. O., Teixeira, E. B., Drews, G. A., Vieira, E. P., Brizolla, M. M. B., & Allebrandt, S. L. (2014). Pesquisa em ciências sociais aplicadas. In Zamberlan, L., Rasia, P. C., Souza, J. D. S., Grison, A. J., Gagliardi, A. O., Teixeira, E. B., Drews, G. A., Vieira, E. P., Brizolla, M. M. B., & Allebrandt, S. L. (Orgs.). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. UNIJUI.
- Zottis, G. A. H., Cunha, L. L., Krebs, L. F., Algeri, S., & Flores, R. Z. (2008). Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da universidade. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 33-41.

Información adicional

redalyc-journal-id: 3515



Disponible en:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351583858001>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la
academia

Vinícius Guimarães de Souza, Caio Correia dos Santos Quina
**Articulação entre Universidade e Conselho Gestor no
Combate à Violência de Gênero: O Caso da Política
Pública Para e Pelas Mulheres**
**Bridging Universities and Management Councils in
Combating Gender Violence: The Case of Public Policy For
and By Women**
**Articulación entre Universidad y Consejo de
Administración en la lucha contra la violencia de género:
el caso de las políticas públicas por y para las mujeres**

Administração Pública e Gestão Social
vol. 18, núm. 1, 18462, 2026
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
revistaapgs@ufv.br

ISSN-E: 2175-5787



CC BY-NC-ND 4.0 LEGAL CODE

**Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-
SinDerivar 4.0 Internacional.**